

Convocatória para seleção e retenção de parceiros implementadores

i. Contexto Operacional

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é a agência da ONU responsável por conduzir e coordenar ações internacionais para proteção dos refugiados e por buscar soluções duradouras para seus problemas. Iniciou seus trabalhos em 1950, e desde então já ajudou a dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Em reconhecimento por seu trabalho humanitário, o ACNUR já recebeu dois Prêmios Nobel da Paz (1954 e 1981).

Para quem se vê forçado a abandonar seus lares devido a guerras e perseguições, o ACNUR é, frequentemente, a última esperança de um retorno a uma vida normal. Com uma equipe de aproximadamente 7.000 funcionários e presente em mais de 120 países, o ACNUR ajuda cerca de 35 milhões de pessoas deslocadas por conflitos e violações de direitos humanos.

O Brasil é signatário dos principais instrumentos internacionais de Direitos Humanos e é parte da Convenção de 1951 da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados e do seu respectivo Protocolo de 1967. Em julho de 1997, o país promulgou a Lei 9.474, que internaliza estes instrumentos legais. A lei contém os mecanismos de proteção presentes na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, e também em instrumentos regionais, como a Declaração de Cartagena de 1984.

A lei brasileira de refúgio criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça e que lida com a elegibilidade e integração local de refugiados. A lei garante documentos básicos aos refugiados, incluindo carteira de identidade e de trabalho, além de garantir a liberdade de movimento no território nacional e outros direitos civis.

O Brasil conta atualmente com 8,487 refugiados(as) reconhecidos(as) e 13,286 casos de solicitação de refúgio. Sendo que 41% das solicitações são realizadas em estados da Região Sudeste. A assistência a refugiados(as) no Brasil é provida diretamente por meio de parceiras implementadoras.

ii. Objetivo

O objetivo da política de “seleção e retenção de parceiros implementadores” é de assegurar que o ACNUR se alinhe com as organizações mais adequadas para emprender projetos da operação do ACNUR no Brasil, com o fim de proporcionar proteção de qualidade e assistência para a população refugiada. Pretende-se também auferir ao processo de seleção e retenção um caráter objetivo, coerente, transparente e oportuno.

iii. Áreas de atuação

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil convida organizações não-governamentais / entidades sem fins lucrativos para expressar seu interesse em ser parceiro implementador no marco da operação do ACNUR no Brasil. Para tanto, deverão apresentar propostas simplificadas que se enquadrem nos objetivos do ACNUR no Brasil, a serem executadas em território nacional:

1. Expandir as atividades de proteção para a população refugiada e solicitantes de refúgio, provendo assistência legal e humanitária e/ou desenvolvendo atividades. *Toda assistência e atividade realizada com refugiados(as) devem seguir as diretrizes de transversalização de idade, gênero e diversidade;*
2. Contribuir no marco integral de soluções duradouras para refugiados(as), com ênfase na integração local através de atividades que incentivem meios de subsistência mais sustentáveis;
3. Desenvolver atividades para a promoção da saúde mental de refugiados(as);
4. Mitigar a percepção da opinião pública sobre refugiados e combater a discriminação, através de ações de sensibilização, capacitação, orientação e relação com diversos meios de comunicação.

iv. Documentação necessária:

Para participar no processo, a instituição deve apresentar os seguintes documentos:

1. Anexo 1: Declaração de parceria;
2. Anexo 2: Nota Conceitual do projeto submetido, enfocando em uma ou mais áreas acima mencionadas;
3. Anexo 3: Currículo institucional que inclua: experiência com implementação/ gestão de projetos; especificação sobre a presença local e parcerias existentes; estado financeiro da organização; organograma da equipe. Anexar cópia de documentos com atestem que sua instituição está legalmente autorizada a operar no Brasil e que está em dia com as autoridades fiscais.

Os formulários destes documentos estão disponíveis no site <www.acnur.org.br>. Neste mesmo site, poderão encontrar informação adicional sobre a operação do ACNUR no Brasil.

v. Prazo:

Para que seja válida sua participação neste processo, é obrigatório o envio escaneado, **além das** cópias pelos correios, impreterivelmente até o dia **25 de outubro** de 2015 (**domingo**), às 23:59. Qualquer proposta enviada fora desta data/horário e/ou faltando qualquer um dos documentos solicitados será desconsiderada.

- Cópias escaneadas: enviar para o e-mail <brabr@unhcr.org>, com o assunto “Processo de Seleção e Retenção de Parceiros ACNUR 2015”.
- Cópias impressas, enviar para o endereço: SCN Quadra 05. Ed. Brasília Shopping, Torre Sul, sala 801. Brasília – DF. Brasil. Cep: 70.715-900.

vi. Reunião aberta:

O ACNUR oferecerá uma reunião – única - dia 20/10/2015 (terça-feira), das 10h às 12h, para esclarecer quaisquer dúvidas, a qualquer instituição que deseja participar do processo. A reunião ocorrerá em São Paulo-capital, conforme endereço que será divulgado aqueles que forem participar. O ACNUR não cobrirá nenhum gasto de viagem para a participação desta reunião. Favor confirmar presença para o e-mail <brabr@unhcr.org>, até o dia 16/10 (sexta-feira) com o assunto “Reunião aberta - Processo de Seleção e Retenção de Parceiros ACNUR 2015”. Informar no e-mail o nome completo e RG dos presentes. Não será autorizado a participação nesta reunião sem a devida confirmação.

vii. Parceiro ≠ Doador:

Esta convocatória não implicará, necessariamente, no financiamento de projetos. O financiamento dependerá da disponibilidade de fundos para 2016, o qual será discutido posteriormente com as instituições selecionadas. A relação a qual se firmará será de parceria.

O resultado do processo será divulgado até o dia 03 de novembro 2015, terça-feira.